

Profissionais de saúde de Uberaba discutem ações de enfrentamento à violência obstétrica

15 de Março de 2019 , 17:53

Atualizado em 18 de Março de 2019 , 10:00

Nessa quinta (14/03) e sexta-feira (15/03), profissionais da saúde reuniram-se nos auditórios da Secretaria Municipal de Saúde e da [Regional de Saúde de Uberaba](#), para discutir as boas práticas na assistência materno-infantil.



Médicos, enfermeiros e coordenadores de atenção primária foram convidados a analisar as condutas atuais, com base em diretrizes de humanização do pré-natal, parto, pós-parto e situações de abortamento.

Duas legislações recentes nortearam as discussões. A [Lei Estadual nº 23.175](#), de 21/12/18, que dispõe sobre a garantia de atendimento humanizado à gestante, à parturiente e à mulher em situação de abortamento, para prevenção da violência na assistência obstétrica no Estado de Minas Gerais, e a Lei Estadual nº 23.243, de 04/01/19, que institui a Semana Estadual do Combate à Violência Obstétrica, realizada anualmente.

De acordo com a organizadora do evento, Jessica Veronez, referência técnica da Atenção Primária da Regional de Uberaba, a necessidade de fazer essa reunião surgiu a partir do último encontro do Comitê Regional de Investigação da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal, que vem debatendo as consequências físicas e psíquicas desse tipo de violência.

“Essas ações são de extrema importância, pois muitas mulheres sofrem abusos, desrespeito e maus-tratos durante o período gestacional, parto, pós parto e pós abortamento, nas instituições de saúde. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), tal tratamento não apenas viola os direitos das mulheres ao cuidado respeitoso, mas também ameaça o direito à vida, à saúde, à integridade física e a não discriminação” conclui Jéssica Veronez.

O palestrante Thiago Dias, acadêmico do curso de enfermagem da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), salientou a necessidade de incentivar a atuação profissional baseada em evidências científicas do que é considerado o melhor para as usuárias e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), como por exemplo, as recomendações da OMS e da Política Nacional de Humanização. De acordo com Lidiane Beatriz de Oliveira, gerente do Centro Estadual de Atenção Especializada à gestante de Frutal, “umas das questões mais importantes é mudar a cultura da cesárea, que virou prática de rotina, mas precisa ser revista e isto só pode acontecer através da humanização da equipe de trabalho, em primeiro lugar e, como consequência, das pacientes”.

Por Sara Fernandes

[Enviar para impressão](#)